ISSN: 2358-8829

"PRÁTICAS PEDAGÓGICAS COM METODOLOGIAS ATIVAS NA PERSPECTIVA DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA".

Rosângela Diniz Peres [1]

INTRODUÇÃO

O presente trabalho surge como um relato biográfico e teoricamente referenciado, buscando comprovar a premissa de que o uso de metodologias ativas impacta positivamente o aprendizado de estudantes da educação básica com Transtorno do Espectro Autista (TEA). A inclusão escolar de alunos com TEA configura-se como um dos grandes desafios contemporâneos para os educadores, exigindo práticas pedagógicas sensíveis, flexíveis e inovadoras. A pesquisa problematiza a experiência docente de uma professora em uma escola do Programa de Ensino Integral (PEI) do Estado de São Paulo, articulando vivências práticas a referenciais teóricos e normativos.

O objetivo central é analisar a contribuição de estratégias pedagógicas ativas, como gamificação, aprendizagem baseada em problemas, grupos produtivos, peer instruction, storytelling e a abordagem estruturada TEACCH, na promoção do protagonismo, da autonomia e da efetiva inclusão desses estudantes. Metodologicamente, o estudo adota uma abordagem qualitativa de cariz autoetnográfico e descritivo, combinando o relato de prática pedagógica cotidiana com o levantamento bibliográfico e a troca de experiências em reuniões de Aula de Trabalho Pedagógico Coletivo Geral (ATPCG).

Os resultados e discussões apontam que, quando mediadas de forma planejada e articulada com o Atendimento Educacional Especializado (AEE), a gestão escolar, os profissionais de apoio e a família, as metodologias ativas reduzem a ansiedade, ampliam o engajamento e favorecem o aprendizado significativo. Conclui-se que a inclusão escolar efetiva exige um compromisso coletivo de toda a comunidade escolar, transformando a diversidade em potencial de aprendizado equitativo e participativo.

[1] Professora da Rede Estadual de Ensino de São Paulo. Licenciada em Ciências Biológicas, Pedagogia e Tecnóloga em Sistemas Biomédicos. Pós-graduada em Educação Especial pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), rosangeladinizperes@gmail.com.

ISSN: 2358-8829

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

Este estudo pauta-se em uma abordagem qualitativa, fundamentada na pesquisa bibliográfica e no método biográfico/autoetnográfico, frequentemente utilizado na pesquisa-ação no campo educacional. A pesquisa desenvolveu-se a partir de duas frentes articuladas:

1. Relato de Experiência e Autoetnografia: Descrição reflexiva e sistemática da prática docente da autora, atuante no Ensino Fundamental (anos finais) e Ensino Médio em uma escola PEI na periferia do Estado de São Paulo, envolvendo 262 estudantes, dos quais 27 apresentam diagnóstico de TEA.

2. Levantamento Bibliográfico e Documental: Análise de produções teóricas sobre educação inclusiva, desenvolvimento infantil e metodologias ativas (tais como Bacich & Moran, Mantoan, Piaget, Vygotsky, Dewey), bem como o exame de marcos legais e diretrizes educacionais vigentes (como a LDB nº 9.394/1996, o Estatuto da Pessoa com Deficiência - Lei nº 13.146/2015, o Plano Nacional de Educação - Lei nº 13.005/2014, o Decreto nº 12.686/2025 e resoluções estaduais sobre o AEE e o PEI).

Ademais, integrou-se à análise a reflexão coletiva promovida nos espaços formativos de ATPCG, onde são compartilhadas práticas pedagógicas exitosas e diretrizes de replicabilidade do modelo integral.

REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico fundamenta-se nos princípios da educação inclusiva estabelecidos desde a Declaração de Salamanca (1994), que diferencia a mera integração da verdadeira inclusão, compreendendo esta última como a reestruturação do sistema escolar para atender às necessidades de todos os alunos. A base conceitual das metodologias ativas apoia-se em John Dewey e Jean Piaget, que defendem a aprendizagem centrada no aluno, na autonomia e na construção do conhecimento por meio da ação e da interação com o ambiente.

Autores contemporâneos como Lilian Bacich e José Moran sustentam que as metodologias ativas promovem o protagonismo e a personalização do ensino. Para o público específico com TEA, cuja condição neurodesenvolvimental é caracterizada pelo Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5) com déficits na comunicação social e padrões restritos e repetitivos de comportamento, o suporte estruturado torna-se imprescindível. Nesse sentido, o Atendimento Educacional Especializado (AEE), regulamentado pelo Decreto nº 12.686/2025 e diretrizes correlatas, atua como um pilar

ISSN: 2358-8829

complementar e articulado ao professor regente. Por fim, destaca-se a imprescindível parceria com a família, apontada por teóricos como Merletti (2018) como eixo estruturante para a superação de barreiras e consolidação da aprendizagem.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise empírica e a sistematização dos achados no cotidiano escolar revelaram que a aplicação intencional de metodologias ativas potencializa o engajamento de estudantes com TEA, desde que respeitadas as suas especificidades sensoriais e cognitivas:

• Gamificação: Demonstrou alto poder motivacional. No entanto, evidenciou-se a necessidade de adaptação prévia: enquanto alguns alunos com TEA vibram positivamente com a dinâmica de jogos (por ausência de hipersensibilidade sonora), outros exigem ambientes controlados para evitar crises decorrentes de sobrecargas auditivas.

• Grupos Produtivos (Agrupamentos Heterogêneos): Favoreceram a autonomia e o senso de pertencimento, permitindo que o estudante com TEA participe ativamente das propostas coletivas e desenvolva habilidades socioemocionais em cooperação com os colegas.

• Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP / PBL): Aplicada em aulas de Robótica com o uso de roteiros visuais estruturados (cartões sequenciais), reduziu significativamente a ansiedade do aluno diante de comandos puramente verbais, permitindo-lhe compreender etapas e colaborar na construção de protótipos.

• Instrução por Pares (Peer Instruction): Viabilizou a parceria entre estudantes com diferentes níveis de competência, destacando-se casos em que alunos com TEA e habilidades leitoras avançadas assumiram o protagonismo na argumentação e na resolução conjunta de problemas.

• Contação de Histórias (Storytelling): Contribuiu para a contextualização de conceitos abstratos por meio de narrativas visuais estruturadas, estimulando a imaginação e a previsibilidade.

• Abordagem TEACCH: Embora classificada como um suporte pedagógico estruturado e não propriamente uma metodologia ativa, o TEACCH revelou-se a base de sustentação ideal. A organização física do ambiente, o uso de rotinas visuais e as agendas diárias reduziram a resistência a mudanças e estruturaram o espaço para que as metodologias ativas pudessem ser aplicadas com sucesso.

As discussões também apontaram desafios estruturais reais, como a sobrecarga docente, a necessidade de formação continuada consistente e a resistência ou ausência de

acompanhamento familiar em alguns casos, reforçando que a inclusão é uma responsabilidade sistêmica e coletiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa evidenciou que o uso planejado de metodologias ativas, articulado ao AEE, ao suporte de profissionais de apoio e ao apoio da gestão escolar, constitui um caminho fecundo para a efetivação da educação inclusiva de estudantes com TEA. A autoetnografia e as trocas reflexivas nas reuniões de ATPCG demonstraram que a prática pedagógica se enriquece quando o professor assume uma postura investigativa frente aos desafios cotidianos.

Embora o estudo reflita um contexto específico da rede estadual paulista, os apontamentos aqui consolidados oferecem subsídios teóricos e práticos para docentes que buscam transformar suas salas de aula em espaços mais equitativos, sensíveis à neurodiversidade e verdadeiramente participativos, abrindo caminho para novas investigações sobre a práxis pedagógica inclusiva.

Palavras-chave: Resumo expandido; Educação Inclusiva; TEA; Metodologias Ativas; CONEDU.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à comunidade escolar, à gestão e aos docentes que colaboraram com o desenvolvimento desta pesquisa e com a efetivação de práticas inclusivas no cotidiano pedagógico.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

ANDERSON, Chris. Makers: a nova revolução industrial. Tradução de Afonso Celso da Cunha Serra. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

BACICH, L.; MORAN, J. Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática. São Paulo: Pearson, 2018.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 2025. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 12 out. 2025.

BRASIL. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2011. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm. Acesso em: 6 nov. 2025.

BRASIL. Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025. Institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva. Brasília, DF: Presidência da República, 2025. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2025/Decreto/D12686.htm. Acesso em: 14 nov. 2025.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 6 nov. 2025.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE. Brasília, DF: Presidência da República, 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 6 nov. 2025.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em: 6 nov. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf. Acesso em: 6 nov. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica. Brasília, DF: CNE/CEB, 2009.

DEWEY, John. Democracy and Education: an introduction to the philosophy of education. New York: Macmillan, 1916.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 67. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2020.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 50. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer? 2. ed. São Paulo: Moderna, 2015.

MERLETTI, C. Autismo em causa: historicidade diagnóstica, prática clínica e narrativas dos pais. Psicologia USP, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 146-151, 2018.

NUNES, Maria Teresa Tavares. O Atendimento Educacional Especializado e a inclusão escolar no Brasil. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 39, n. 2, p. 451-464, abr./jun. 2013.

PIAGET, Jean. A construção do real na criança. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

SÃO PAULO (Estado). Decreto nº 57.571, de 2 de dezembro de 2011. São Paulo: Assembleia Legislativa, 2011. Disponível em:

https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2011/decreto-57571-02.12.2011.html. Acesso em: 12 out. 2025.

SÃO PAULO (Estado). Lei Complementar nº 1.164, de 4 de janeiro de 2012. São Paulo: Assembleia Legislativa, 2012. Disponível em: https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei.complementar/2012/lei.complementar-1164-04.01.2012.html. Acesso em: 12 out. 2025.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação. Documento Orientador: ATPC e ATPL/APD 2025. São Paulo: SEDUC/EFAPE, 2025. Disponível em: https://efape.educacao.sp.gov.br/. Acesso em: 21 fev. 2026.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação. Modelo Pedagógico e de Gestão do Programa Ensino Integral. São Paulo: SEDUC/EFAPE, 2022.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação. Resolução SEDUC nº 21, de 21 de junho de 2023. Dispõe sobre a regulamentação da Política de Educação Especial do Estado de São Paulo. São Paulo: DOE, 2023.

SOUZA, M. F. M.; SILVA, M. G.; SOUZA, A. A. Utilização do método TEACCH com criança com espectro autista no ambiente escolar: um estudo de revisão integrativa. Revista Brasileira de Educação e Saúde, v. 15, n. 3, p. 531-539, 2025. Disponível em: https://www.gvaa.com.br/revista/index.php/REBES/article/view/11703. Acesso em: 21 fev. 2026.

UNESCO. Declaração de Salamanca: sobre princípios, política e práticas na área das necessidades educativas especiais. Salamanca: UNESCO, 1994. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf. Acesso em: 21 fev. 2026.

VYGOTSKY, L. S. A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.